



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.139, DE 2022**

**(Do Poder Executivo)**

**Mensagem nº 568/2022**  
**OF nº 596/2022/SG/PR/SG/PR**

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe; pendente de parecer da Comissão Mista.

**DESPACHO:**  
AO PLENÁRIO, PARA LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO.  
PUBLIQUE-SE.

## **S U M Á R I O**

I – Medida inicial

II – Na Comissão Mista:  
- Emendas apresentadas (16)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º As instituições financeiras participantes poderão formalizar e prorrogar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos e nas condições estabelecidos pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, observado o prazo total máximo de setenta e dois meses para pagamento das operações.

.....

§ 6º No prazo total máximo de setenta e dois meses para pagamento das operações, nos termos do **caput**, não será considerada a cobrança dos créditos inadimplidos e já honrados pelo FGO no âmbito do Pronampe.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - os incisos I e II do **caput** e os § 2º e § 4º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020;

II - o art. 2º da Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020, na parte em que altera o **caput** e o § 2º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020;

III - da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021:

- a) o art. 3º, na parte em que altera o **caput** e o § 4º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020; e
- b) o art. 4º; e

IV - da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021:

- a) o art. 13, na parte em que altera o art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020; e
- b) o art. 14.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

Brasília, 19 de Outubro de 2022

Senhor Presidente da República,

1. Submeto a sua apreciação proposta de Medida Provisória que visa alterar disposições relativas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.
2. A proposta é voltada à facilitação de acesso ao crédito às empresas endividadas em decorrência de aumento da necessidade de financiamento em consequência de redução no faturamento verificada durante a vigência das restrições sanitárias da pandemia do Covid-19.
3. O Pronampe se juntou a outros programas de apoio ao crédito lançados em 2020 em resposta a um cenário de expectativa de forte represamento do crédito e redução do consumo, decorrente das restrições sanitárias da pandemia do Covid-19.
4. Os Programas foram exitosos na reversão das expectativas e promoveram a expansão do crédito para as micro e pequenas empresas, segundo os registros do Banco Central.
5. É sabido que a própria extensão da pandemia e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia ampliaram as restrições econômicas das empresas em volume superior ao inicialmente previsto. Em resposta a isso, o Programa foi tornado permanente pela Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, e a reutilização dos recursos em novas garantias foi autorizada até dezembro de 2024 pela Lei nº 14.348, de 25 de maio de 2022, permitindo a realização de mais de R\$ 50 bilhões em créditos nesse ano.
6. Contudo, a característica essencial de socorro emergencial conferida pelo Programa em suas primeiras etapas vem, desejadamente, dando lugar à utilização dos recursos em investimentos para fazer frente à retomada do consumo e ampliar a contribuição das micro e pequenas empresas ao crescimento nacional.
7. A expansão dos investimentos das empresas vem encontrando impedimento na redução da capacidade de pagamento dos tomadores, que foi em boa parte consumida com os financiamentos já contratados e cujos recursos foram utilizados no custeio das atividades durante o período de restrição sanitária.
8. Boa forma de retomar a capacidade de investimento das empresas nas condições favorecidas do Pronampe é possibilitar que as empresas prorroguem os créditos já contratados, abrindo margem para a contratação de novos financiamentos.
9. A prorrogação das parcelas do Pronampe hoje está fixada em 12 meses, que se somados aos 48 meses do programa, perfazem um prazo total de 60 meses para quitação dos financiamentos.
10. Estender o prazo para 72 meses, ao passo que promoverá a retomada da capacidade de investimento das empresas tomadoras, pode vir a tornar o prazo do financiamento demasiado longo para aqueles que desejam apenas custear o ciclo operacional em curto prazo. Nesse sentido, deixar que o tomador e banco credor melhor ajustem o prazo da operação se apresenta como condição viável

e dará maior flexibilidade do programa no atendimento de diferentes tomadores.

11. A expansão do prazo pode também apresentar alento aos tomadores que tiveram seu endividamento deteriorado em função da subida das prestações atreladas à taxa Selic. As primeiras operações chegaram a ser contratadas no Pronampe com uma taxa Selic de 2,0% ao ano, e hoje, esses financiamentos encontram-se onerados com o aumento da taxa base para 13,75% ao ano acima do juro contratual.

12. Outra questão a ser aprimorada, refere-se à expansão assimétrica da carteira de crédito em relação ao público-alvo do Programa, com 76,2% dos recursos sendo destinados a pequenas empresas, 23,6% aos microempresários e apenas 0,5% para os microempreendedores individuais.

13. Tal assimetria pode ser compensada com aplicação de taxas de juros mais atrativas ao porte de empresa os quais se deseja ampliar a participação no Programa. Contudo, a fixação de teto para a taxa juros em lei, na forma atual, tem limitado a atuação da Secretaria Especial de Produtividade e 12. Competitividade do Ministério da Economia na correção das assimetrias.

14. Nesse sentido, Sr. Presidente, a presente proposta de Medida Provisória, além de propor alteração da Lei nº 13.999, de 2020, para estender o prazo de pagamentos das operações do Programa para até 72 meses, também admite que as taxas de juros sejam ajustadas pelo Ministério da Economia à luz do Mercado de Crédito de Micro e Pequenas Empresas, objetivando promover melhor distribuição dos recursos do programa.

15. No desenho proposto, a extensão do prazo de pagamentos promoverá a postergação parcial dos reembolsos devidos pela desoneração de garantias entre 2025 e 2030 da ordem de R\$ 760 milhões ao ano e um acréscimo nas receitas de 2031 da ordem de R\$ 4,56 bilhões.

16. Assim sendo, diante de todo o exposto, a presente proposta preenche os requisitos legais de relevância, principalmente porque sua edição:

- auxiliará na preservação das empresas de pequeno e médio porte afetadas pelas medidas sanitárias de combate ao COVID-19;
- preservará empregos e reduzirá a demanda de amparo por trabalhadores desempregados;
- e
- as empresas contribuirão para uma melhor velocidade na retomada econômica pós-covid.

17. Em relação à urgência, há de se considerar que, dos R\$ 50 bilhões de recursos previstos para o Pronampe nos anos de 2022 e 2023, R\$ 30 bilhões já foram utilizados nos três meses iniciais de reedição do Programa, e, em não havendo a imediata correção das distorções identificadas com as medidas propostas, nenhuma efetividade restará com a correção tardia dos critérios de distribuição dos recursos e no socorro às empresas endividadas.

18. Estas são, Senhor Presidente, as razões políticas e econômicas que motivaram a presente proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes*

MENSAGEM Nº 568

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 1.139, de 27 de outubro de 2022, que “Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe”.

Brasília, 27 de outubro de 2022.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL  
Seção de Legislação Citada – SELEC

**LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020**

Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II  
DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE (PRONAMPE)

Art. 3º As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos estabelecidos pela Sepec, observados os seguintes parâmetros: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021)*

I - taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de: *(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021)*

a) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor concedido, para as operações concedidas até 31 de dezembro de 2020; *(Alínea acrescida pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021)*

b) 6% (seis por cento), no máximo, sobre o valor concedido, para as operações concedidas a partir de 1º de janeiro de 2021; *(Alínea acrescida pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021)*

II - prazo de 48 (quarenta e oito) meses para o pagamento; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.257, de 1º/12/2021)*

III - (VETADO).

§ 1º Para efeito de controle dos limites a que se refere o § 1º do art. 2º desta Lei, o Banco do Brasil S.A. disponibilizará consulta das pessoas inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que se beneficiaram do Pronampe, com a discriminação dos montantes já contratados. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 14.115, de 29/12/2020)*

§ 2º O termo final das prorrogações de que trata o caput deste artigo não poderá ser posterior ao último dia útil do ano de 2020. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.115, de 29/12/2020)*

§ 3º As instituições participantes do Pronampe operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO Pronampe, de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo Fundo da inadimplência limitada ao

valor máximo segregado pelo administrador do FGO para a garantia da carteira da instituição participante do Pronampe, não podendo ultrapassar 85% (oitenta e cinco por cento) da carteira à qual esteja vinculada. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021\)](#)

§ 4º Ato do Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade de que trata o *caput* deste artigo definirá também a taxa de juros aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe, observado o máximo previsto no inciso I do *caput* deste artigo. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021\)](#)

§ 5º Nos casos em que a empresa contratante tenha sido reconhecida pelo Poder Executivo federal com o Selo Emprega + Mulher, aplicam-se os seguintes parâmetros:

I - o limite do empréstimo referido no § 1º do art. 2º desta Lei corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício anterior ao da contratação, salvo o caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ou a até 50% (cinquenta por cento) de 12 (doze) vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso; e

II - prazo de 60 (sessenta) meses para o pagamento. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.457, de 21/9/2022\)](#)

## CAPÍTULO II-A DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS [\(Capítulo acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020\)](#)

Art. 3º-A. Os profissionais liberais, assim entendidos, para fins desta Lei, as pessoas físicas que exercem, por conta própria, atividade econômica com fins lucrativos, tanto de nível técnico quanto de nível superior, poderão contratar operações de crédito garantidas pelo Pronampe nas seguintes condições: [\(“Caput” do artigo acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020\)](#)

I - taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de 5% (cinco por cento); [\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020\)](#)

II - prazo de até 36 (trinta e seis) meses para o pagamento, dos quais até 8 (oito) meses poderão ser de carência com capitalização de juros; e [\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020\)](#)

III - valor da operação limitado a 50% (cinquenta por cento) do total anual do rendimento do trabalho sem vínculo empregatício informado na Declaração de Ajuste Anual referente ao ano-calendário anterior ao da contratação da linha de crédito, no limite máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). [\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020, com redação dada pela Lei nº 14.257, de 1º/12/2021\)](#)

§ 1º Ficam excluídos das operações de crédito garantidas pelo Pronampe os profissionais liberais que tenham participação societária em pessoa jurídica ou que possuam vínculo empregatício de qualquer natureza. [\(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020, e transformado em § 1º pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021\)](#)

§ 2º Para efeito de controle do limite a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo, o Banco do Brasil S.A. disponibilizará consulta das pessoas inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) que se beneficiaram do Pronampe, com a discriminação dos montantes já contratados. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021\)](#)

§ 3º As operações de que trata o *caput* deste artigo deverão ser formalizadas nos mesmos prazos, inclusive prorrogações, estabelecidos no art. 3º desta Lei. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.161, de 2/6/2021\)](#)

CAPÍTULO II-B  
DA DISPENSA DE CERTIDÕES E DA RECUPERAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA  
*(Capítulo acrescido pela Lei nº 14.045, de 20/8/2020)*

Art. 4º Para fins de concessão de crédito no âmbito do Pronampe, as instituições financeiras participantes ficam dispensadas de observar as seguintes disposições:

I - o § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

II - o inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965;

III - as alíneas "b" e "c" do *caput* do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

IV - a alínea "a" do inciso I do *caput* do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

V - o art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

VI - o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;

VII - o art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

VIII - o art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 1º Aplica-se às instituições financeiras públicas federais a dispensa prevista no *caput* deste artigo, observado o disposto na Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019.

§ 2º Na concessão de crédito ao amparo do Pronampe, somente poderá ser exigida a garantia pessoal do proponente em montante igual ao empréstimo contratado, acrescido dos encargos, salvo nos casos de empresas constituídas e em funcionamento há menos de 1 (um) ano, cuja garantia pessoal poderá alcançar até 150% (cento e cinquenta por cento) do valor contratado, mais acréscimos. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 14.042, de 19/8/2020)*

.....

.....

**LEI Nº 14.115, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020**

Estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), no montante equivalente ao dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aumentada a participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), adicionalmente aos recursos previstos no art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e no art. 20 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), no valor equivalente ao montante dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação, numerado o parágrafo único como § 1º:

"Art. 3º As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe até 3 (três) meses após a entrada em vigor desta Lei, prorrogáveis pela Sepec, observados os seguintes parâmetros:

.....  
§1º.....

§ 2º O termo final das prorrogações de que trata o *caput* deste artigo não poderá ser posterior ao último dia útil do ano de 2020." (NR)

Art. 3º (VETADO).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Marcelo Pacheco dos Guaranys

## **LEI Nº 14.161, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para permitir o uso do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), de forma permanente, como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às pequenas empresas, com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
Art. 3º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações, numerando-se o parágrafo único do art. 3º-A como § 1º:

"Art. 2º O Pronampe é destinado às pessoas a que se referem os incisos I e II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considerada a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação.

§ 1º A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá a até 30% (trinta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício anterior ao da contratação, salvo no caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que o limite do

empréstimo corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ou a até 30% (trinta por cento) de 12 (doze) vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

....." (NR)

"Art. 3º As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos estabelecidos pela Sepec, observados os seguintes parâmetros:

I - taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de:

a) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor concedido, para as operações concedidas até 31 de dezembro de 2020;

b) 6% (seis por cento), no máximo, sobre o valor concedido, para as operações concedidas a partir de 1º de janeiro de 2021;

.....  
§ 2º (VETADO). [\(Parágrafo republicado no DOU de 14/6/2021\)](#)

§ 3º As instituições participantes do Pronampe operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO Pronampe, de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo Fundo da inadimplência limitada ao valor máximo segregado pelo administrador do FGO para a garantia da carteira da instituição participante do Pronampe, não podendo ultrapassar 85% (oitenta e cinco por cento) da carteira à qual esteja vinculada.

§ 4º Ato do Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade de que trata o *caput* deste artigo definirá também a taxa de juros aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe, observado o máximo previsto no inciso I do *caput* deste artigo." (NR)

"Art.3º-A.....

.....  
§1º.....

§ 2º Para efeito de controle do limite a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo, o Banco do Brasil S.A. disponibilizará consulta das pessoas inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) que se beneficiaram do Pronampe, com a discriminação dos montantes já contratados.

§ 3º As operações de que trata o *caput* deste artigo deverão ser formalizadas nos mesmos prazos, inclusive prorrogações, estabelecidos no art. 3º desta Lei." (NR)

"Art.6º.....

.....  
§ 4º-A. A garantia de que trata o § 4º deste artigo será limitada a 85% (oitenta e cinco por cento) da carteira de cada agente financeiro nos termos do estatuto do Fundo, observado o disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

§ 4º-B. Os agentes financeiros que aderirem ao Pronampe poderão optar por limite individual de cobertura de carteira inferior ao estabelecido no § 4º-A deste artigo, nos termos em que dispuser o estatuto do FGO.

§ 5º Nas operações de que trata o § 4º deste artigo, o limite global a ser ressarcido às instituições financeiras em razão da garantia prestada pelo

FGO no âmbito do Pronampe fica limitado ao montante aportado pela União no FGO para o atendimento do Programa.

....." (NR)

Art. 4º Fica autorizada a prorrogação das parcelas vincendas e vencidas dos empréstimos por meio do Pronampe, de que trata a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, por até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou 12 (doze) meses, observada a política de crédito da instituição contratante e mediante solicitação do mutuário. [\*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 14.257, de 1º/12/2021\)\*](#)

Art. 5º Todas as instituições financeiras que aderirem ao Pronampe deverão disponibilizar a informação de linha de crédito, a taxa de juros e o prazo de pagamento nos respectivos sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis.

.....  
.....

## **LEI Nº 14.257, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021**

Institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 13. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.2º.....

§ 3º As pessoas a que se refere o caput deste artigo que contratarem as linhas de crédito no âmbito do Pronampe assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

§ 3º-A. Quando se tratar de empresa criada após o marco de que trata o § 3º deste artigo, será observado o quantitativo de empregados do dia ou mês anterior à contratação do empréstimo, o que for maior.

....." (NR)

"Art.3º.....

.....

II - prazo de 48 (quarenta e oito) meses para o pagamento;

....." (NR)

"Art.3º-A....."

.....  
III - valor da operação limitado a 50% (cinquenta por cento) do total anual do rendimento do trabalho sem vínculo empregatício informado na Declaração de Ajuste Anual referente ao ano-calendário anterior ao da contratação da linha de crédito, no limite máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

....." (NR)

Art. 14. O art. 4º da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica autorizada a prorrogação das parcelas vincendas e vencidas dos empréstimos por meio do Pronampe, de que trata a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, por até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou 12 (doze) meses, observada a política de crédito da instituição contratante e mediante solicitação do mutuário." (NR)

Art. 15. O art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.3º-A....."

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos VII, VIII e IX do caput, bem como no § 23, todos do art. 3º desta Lei aos contratos referenciados no *caput* deste artigo.

§ 2º Na hipótese deste artigo, a autorização a que se refere o inciso X do caput do art. 3º desta Lei limitar-se-á aos aspectos de oportunidade e conveniência da novação, e será vinculada às informações constantes dos sistemas e controles da Caixa Econômica Federal quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida marcados como auditados, respondendo a instituição financeira pela inexatidão ou eventuais diferenças decorrentes de dolo ou fraude." (NR)

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Ofício nº 398 (CN)

Brasília, em 14 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Arthur Lira  
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha Medida Provisória.


Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.139, de 2022, que “Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe”.

À Medida foram oferecidas 16 (dezesseis) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link: “<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/154988>”.

Esclareço, ainda, que este ofício foi encaminhado também por meio digital ao Serviço de Protocolo da Secretaria-Geral da Mesa dessa Casa.

Atenciosamente,

  
Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1139, de 2022**, que *"Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputada Federal Rejane Dias (PT/PI)	001; 002
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	003
Deputado Federal Aelton Freitas (PP/MG)	004; 016
Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP)	005; 006
Deputado Federal Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)	007
Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)	008; 009; 010; 015
Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/MG)	011; 012; 013; 014

**TOTAL DE EMENDAS: 16**



[Página da matéria](#)

**COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 1.139 DE 2022**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, DE 2022**

**ALTERA A LEI Nº 13.999, DE 18  
DE MAIO DE 2020, E A LEI Nº  
14.161, DE 2 DE JUNHO DE 2021,  
PARA FLEXIBILIZAR AS  
CONDIÇÕES DE  
CONTRATAÇÃO E  
RENEGOCIAÇÃO DAS  
OPERAÇÕES DO PROGRAMA  
NACIONAL DE APOIO ÀS  
MICROEMPRESAS E  
EMPRESAS DE PEQUENO  
PORTE - PRONAMPE.**

**EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 3º, da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020,  
alterado pelo Art. 1º da Medida Provisória em referência, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a  
vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º As instituições financeiras participantes poderão formalizar e prorrogar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos e nas condições estabelecidos pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, **observado o prazo total máximo de setenta e dois meses** para pagamento das operações. ....

§ 6º prazo de até 72 (setenta e dois) meses para o pagamento, dos quais até **12 (doze) meses poderão ser de carência** com capitalização de juros; e

§ 7º No prazo total máximo de setenta e dois meses para pagamento das operações, nos termos do caput, não será considerada a cobrança dos créditos inadimplidos e já honrados pelo FGO no âmbito do Pronampe;

## JUSTIFICATIVA

A Medida provisória em análise alterou a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 para flexibilizar as condições de renegociação das operações de Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE.

A economia brasileira desabou 4,1% em 2020 e em 2021 cresceu 4,6%. O cenário mundial tem piorado, tanto em termos dos dados recentes, quanto em termos das expectativas. A inflação alta e persistente provocou o início de ciclos de aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, com discursos cada vez mais duros dos dirigentes dos bancos centrais e taxas de juros esperadas maiores. Adicionalmente, destacam-se o prolongamento do conflito na Ucrânia e de suas consequências econômicas; na China, os *lockdowns* para levar a cabo a política de “covid zero” e a grave crise no mercado imobiliário; e a reversão das políticas fiscais expansionistas face ao recuo da pandemia e à necessidade de combater a inflação. Em consequência, as projeções de crescimento no mundo têm se reduzido de forma substancial.

Requer muita atenção o contexto pelo qual passam as micro e pequenas empresas e os profissionais liberais, que continuam sofrendo com os efeitos econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19.



Dessa forma, pretendemos alterar a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). São inseridos ou alterados dispositivos sobre carência mínima de 12 meses para os pagamentos das parcelas do financiamento garantido pelo Programa, tanto para empresas e quanto para profissionais liberais.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em        de        de 2022.

**Deputada REJANE DIAS**



**COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 1.139 DE 2022**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, DE 2022**

**ALTERA A LEI Nº 13.999, DE 18  
DE MAIO DE 2020, E A LEI Nº  
14.161, DE 2 DE JUNHO DE 2021,  
PARA FLEXIBILIZAR AS  
CONDIÇÕES DE  
CONTRATAÇÃO E  
RENEGOCIAÇÃO DAS  
OPERAÇÕES DO PROGRAMA  
NACIONAL DE APOIO ÀS  
MICROEMPRESAS E  
EMPRESAS DE PEQUENO  
PORTE - PRONAMPE.**

**EMENDA Nº**

Inclua-se o seguinte art. 1-A à Medida provisória em referência  
com a seguinte redação:

**“Art. 1-A As empresas que prorrogarem as linhas de  
crédito no âmbito do Programa não poderão rescindir, sem**



**justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”**

## JUSTIFICATIVA

Segundo dados do IBGE a taxa de desemprego no Brasil, no segundo trimestre de 2022, foi de 9,3%, com 10,1 milhões de desempregados.

Requer muita atenção o contexto pelo qual passam as micro e pequenas empresas e os profissionais liberais, que continuam sofrendo com os efeitos econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19.

Dessa forma, pretendemos alterar a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para é fundamental que a previsão de que as pessoas que **prorrogarem as linhas de crédito no âmbito do Programa não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.**

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2022.

**Deputada REJANE DIAS**



## **EMENDA**

**(A MPV 1.139 de 2022)**

Dê-se a seguinte redação aos artigos 1º e 2º da MP 1139/2022

**Art. 1º** A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º As instituições financeiras participantes poderão formalizar e prorrogar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos e nas condições estabelecidas pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, observado o prazo total máximo de setenta e dois meses para pagamento das operações e os seguintes parâmetros:” (NR)

.....

**Art. 2º** .....

I – o inciso II do caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020; (NR)

.....

III - da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021:

a) o art. 3º, na parte em que altera o caput do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020; (NR)

.....

## **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa restabelecer na legislação o teto da taxa de juros (Selic mais 6%) para as novas operações contratadas no âmbito do Pronampe, uma vez que não há justificativa para um novo aumento da taxa de juros: não houve piora nas condições econômicas (ao contrário, a inflação acumulada retrocedeu) e não há aumento de risco para as instituições financeiras, permanecendo o risco do crédito coberto pelo FGO, com recursos de origem pública.

A MP nº 1.139/2022 retira da lei o limite máximo da taxa de juros cobrada nos empréstimos garantidos pelo Pronampe, que era composta pela taxa Selic adicionada de 6,0% ao ano. Ao retirar da legislação esse limite, o teto da taxa de juros passou a ser feita por norma infralegal, editada pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia (ME).

Como resultado dessa medida da MP, prevê-se um aumento da taxa de juros dos novos contratos do Pronampe, com oneração da tomada do crédito pelas empresas e redução da possibilidade de crescimento econômico.

A taxa de juros do Pronampe, em outubro de 2022, é de 19,75% a.a. (considerando a taxa Selic de 13,75% a.a. adicionada de 6,0% a.a.). Essa taxa é inferior à taxa de juros média com recursos livres cobrada das empresas de 22,9% a.a.. Isso porque, no Pronampe, os bancos contam com garantia do FGO, o que reduz o risco da operação e, conseqüentemente, permite a cobrança de juros menores.

É justamente pelo diferencial da garantia das operações do Pronampe que eventuais modificações em suas regras deveriam ser no sentido de diminuir a taxa de juros e não de possibilitar aumento.

Sala das Sessões,

**Senador EDUARDO BRAGA**

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1139, de 27 de Outubro de 2022**

**Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe**

**EMENDA ADITIVA Nº**

Art. 1º Inclua-se, onde couber, na MPV 1139/2022, de 27 de outubro de 2022 o seguinte dispositivo:

“Art. XX O artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:

.....

.....

XLIII – pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca e seus derivados classificadas nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90.

.....”



## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo incluir dispositivo na Lei nº 10.925/2004 para abarcar os produtos de panificação à base de mandioca e seus derivados classificados nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90 na redução das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

A medida visa estimular o consumo de pães a base de mandioca e seus derivados pela população brasileira tendo em vista tratar-se de um insumo disponível em abundância no país, de fácil acesso e parte integrante da cultura e da história brasileira.

Ademais convém destacar que a possibilidade de consumo dos pães de mandioca resultaria no aumento de alimentos a disposição da população e na redução dos preços praticados tendo em vista o aumento da demanda decorrente da disponibilidade de mais opções de produtos.

Outra consequência positiva decorrente da aprovação da presente emenda, será a criação de postos de trabalho tanto na agricultura através do aumento do cultivo da mandioca como também nas indústrias produtoras de alimento.

A presente proposta acarretaria as desonerações das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS relativas aos produtos da panificação à base de mandioca, o que, em números, ensejará, respectivamente, renúncia de receita estimada em R\$ 132.795.363 em 2023. A composição desses valores foi realizada por meio da análise do valor bruto da produção de anos anteriores da categoria de frozen baked goods<sup>1</sup>, bem como aplicação da alíquota do PIS/COFINS no regime não cumulativo (9,25%).

Cabe destacar ainda que a Lei nº 10.925/2004 já traz em seu artigo 1º, XVI, a previsão de redução a zero das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS para “pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos

<sup>1</sup> Categoria dominada pela produção do principal pão atualmente produzido a base de mandioca e seus derivados (pão de queijo).



1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 da Tipi”. Assim, o que se busca é apenas dar tratamento igualitário para produtos semelhantes.

No momento de grave crise econômica e de insegurança alimentar que o Brasil está passando, a inclusão das pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca dentre os produtos com alíquota zero de PIS/PASEP e COFINS mostra-se de extrema importância, tendo em vista, que resultará na redução dos custos de produção e, assim, na disponibilização de produtos com preço mais baixo ao consumidor e em mais opções de alimentos para a população. E também na geração de novos postos de trabalho.

Assim, submeto a presente emenda para apreciação dos senhores parlamentares.



## COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, DE 2022

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

### EMENDA Nº

Incluam-se o Capítulo II-C e o art. 3º-B seguintes à Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, alterada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.139, de 2022:

#### “CAPÍTULO II-B

#### DO PROGRAMA DE PARCELAMENTO JUNTO AO PRONAMPE

Art. 3º-B Fica estabelecido programa de parcelamento de dívidas de inadimplentes junto ao Pronampe, com base nos parâmetros definidos pela Sepec.

§ 1º O programa de que dispõe o *caput* deste artigo permitirá desconto mínimo de 30% (trinta por cento) e desconto máximo de até 90% (noventa por cento) nos encargos e juros de mora,



tendo como referência para a aplicação desses descontos a situação econômica e financeira do inadimplente.

§ 2º As pessoas jurídicas que participarem do programa de que trata o *caput* deste artigo não poderão reduzir quadro de prestadores de serviço com ou sem vínculo trabalhista por 6 (seis) meses a partir do momento em que ingressarem no referido programa.”

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.139, de 2022, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe.

Essa Medida Provisória chega com atraso diante da situação econômica brasileira e dos pequenos negócios. Ainda que tenha havido descontinuidade de diversos programas por parte do Governo Federal em 2021, os efeitos da pandemia ainda se fazem presentes e impactam mais fortemente as micro e pequenas empresas.

A flexibilidade conferida ao Pronampe pela Medida Provisória não é suficiente. Julgamos que é necessário avançar nos pontos centrais que afetam os micro e pequenos empreendedores, nesse Programa de iniciativa do Poder Legislativo que foi sendo aprimorado por este Congresso Nacional. Dessa maneira, apresentamos esta Emenda, para tratar de programa de parcelamento importante no âmbito do Pronampe.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares e de toda a sociedade brasileira para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2022.

Deputado PAULO TEIXEIRA



## COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, DE 2022

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

### EMENDA Nº

Incluem-se no art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.139, de 2022, os seguintes §§ 7º e 8º:

“Art.

3º .....

.....

.

§ 7º São condições para as operações de crédito no âmbito do Pronampe:

I – taxa máxima de juros de 6% (seis por cento) ao ano nas operações contratadas em 2022 e em 2023;



II – taxa máxima de juros limitada a 80% (oitenta por cento) do valor da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) nas operações contratadas de 2024 em diante; e

III – carência mínima de 12 (doze) meses para o início do pagamento das parcelas do financiamento.

§ 8º A prorrogação de que dispõe o *caput* deste artigo será acompanhada desconto mínimo de 6 (seis) pontos percentuais nas taxas de juros contratadas cujo valor exceda 12% (doze por cento) ao ano.”

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.139, de 2022, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe.

Essa Medida Provisória chega com atraso diante da situação econômica brasileira e dos pequenos negócios. Ainda que tenha havido descontinuidade de diversos programas por parte do Governo Federal em 2021, os efeitos da pandemia ainda se fazem presentes e impactam mais fortemente as micro e pequenas empresas.

A flexibilidade conferida ao Pronampe pela Medida Provisória não é suficiente. Julgamos que é necessário avançar nos pontos centrais que afetam os micro e pequenos empreendedores, nesse Programa de iniciativa do Poder Legislativo que foi sendo aprimorado por este Congresso Nacional. Dessa maneira, apresentamos esta Emenda, para tratar de condições mais favoráveis para as operações de crédito no âmbito do Pronampe.

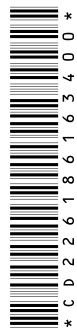
Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares e de toda a sociedade brasileira para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2022.



Deputado PAULO TEIXEIRA

2022-7911



**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1139, de 27 de Outubro de 2022**

**Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -Pronampe**

**EMENDA ADITIVA Nº**

Art. 1º Inclua-se, onde couber, na MPV 1139/2022, de 27 de outubro de 2022 o seguinte dispositivo:

“Art. XX O artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:

.....  
.....  
.....

XLIII – pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca e seus derivados classificadas nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90.

.....  
.....”

**JUSTIFICAÇÃO**



A presente emenda tem como objetivo incluir dispositivo na Lei nº 10.925/2004 para abarcar os produtos de panificação à base de mandioca e seus derivados classificados nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90 na redução das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

A medida visa estimular o consumo de pães a base de mandioca e seus derivados pela população brasileira tendo em vista tratar-se de um insumo disponível em abundância no país, de fácil acesso e parte integrante da cultura e da história brasileira.

Ademais convém destacar que a possibilidade de consumo dos pães de mandioca resultaria no aumento de alimentos a disposição da população e na redução dos preços praticados tendo em vista o aumento da demanda decorrente da disponibilidade de mais opções de produtos.

Outra consequência positiva decorrente da aprovação da presente emenda, será a criação de postos de trabalho tanto na agricultura através do aumento do cultivo da mandioca como também nas indústrias produtoras de alimento.

A presente proposta acarretaria as desonerações das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS relativas aos produtos da panificação à base de mandioca, o que, em números, ensejará, respectivamente, renúncia de receita estimada em R\$ 132.795.363 em 2023. A composição desses valores foi realizada por meio da análise do valor bruto da produção de anos anteriores da categoria de frozen baked goods<sup>1</sup>, bem como aplicação da alíquota do PIS/COFINS no regime não cumulativo (9,25%).

Cabe destacar ainda que a Lei nº 10.925/2004 já traz em seu artigo 1º, XVI, a previsão de redução a zero das alíquotas de PIS/PASEP e

<sup>1</sup> Categoria dominada pela produção do principal pão atualmente produzido a base de mandioca e seus derivados (pão de queijo).



COFINS para “pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos 1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 da Tipi”. Assim, o que se busca é apenas dar tratamento igualitário para produtos semelhantes.

No momento de grave crise econômica e de insegurança alimentar que o Brasil está passando, a inclusão das pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca dentre os produtos com alíquota zero de PIS/PASEP e COFINS mostra-se de extrema importância, tendo em vista, que resultará na redução dos custos de produção e, assim, na disponibilização de produtos com preço mais baixo ao consumidor e em mais opções de alimentos para a população. E também na geração de novos postos de trabalho.

Assim, submeto a presente emenda para apreciação dos senhores parlamentares.

**GENINHO ZULIANI**  
**DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP**



**EMENDA N.º \_\_\_\_\_ À MPV 1139/2022**  
**(Do Sr. Helder Salomão)**

Insira-se ao art 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com redação dada pelo Art 1º da MP 1139/2022 o seguinte § 7º:

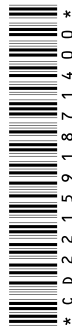
“ §7º A liquidação dos contratos com antecipação de totalidade das parcelas vincendas será possível com o desconto mínimo de 40% do valor total o saldo devedor.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo gerar alívio para empresas que tentem liquidar os contratos com a quitação dos mesmos, tendo em vista a taxa atualmente empregadas, sugerimos um desconto mínimo de 40% sobre o valor total do saldo devedor para a sua liquidação.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2022.

HELDER SALOMÃO  
Deputado Federal (PT/ES)



**EMENDA N.º \_\_\_\_\_ À MPV 1139/2022**  
(Do Sr. Helder Salomão)

Altere-se o caput do art 3º e o seu §6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com redação dada pelo Art 1º da MP 1139/2022 para o seguinte:

“Art. 3º As instituições financeiras participantes **deverão** formalizar e prorrogar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos e nas condições estabelecidos pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, observado o prazo total máximo de **noventa e seis meses** para pagamento das operações.

.....  
.....

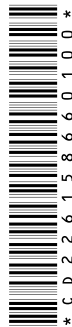
§ 6º No prazo total máximo de **noventa e seis meses** para pagamento das operações, nos termos do **caput**, não será considerada a cobrança dos créditos inadimplidos e já honrados pelo FGO no âmbito do Pronampe.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo aumentar o prazo para o pagamento das operações tendo em vista a dificuldade que as empresas que contrataram os empréstimos ainda estão atravessando.

Nesta mesma direção propomos que as instituições deverão fazer a formalização e a prorrogação do crédito no âmbito do Pronampe, de modo a facilitar o acesso a crédito por estes empreendimentos.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.



HELDER SALOMÃO  
Deputado Federal (PT/ES)



**EMENDA N.º \_\_\_\_\_ À MPV 1139/2022**  
**(Do Sr. Helder Salomão)**

Insira-se ao art 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com redação dada pelo Art 1º da MP 1139/2022 os seguintes dispositivos

“ §7º Os contratos com pagamentos de parcelas em dia e que sejam pagos até a data de vencimento das mesmas farão jus a um abono por adimplência de 15% sobre o valor da parcela devida.

§8º Somente terão direito ao disposto no §7º as empresas que estiverem quites com suas obrigações tributárias.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo gerar alívio para empresas que conseguiram honrar com o pagamento dos empréstimos, como uma forma de bonificação pelo pagamento apesar da dificuldade econômica que o Brasil ainda atravessa.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2022.

HELDER SALOMÃO  
Deputado Federal (PT/ES)



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, de 2022**

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Insira-se o art 9º-A a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021:

“ Art. 9º-A Em caso de mudança de sócio proprietário da empresa contratante da operação, deverá ser aceita solicitação de substituição de avalista a critério do contratante.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo permitir que empresas que tenham mudança dos sócios proprietários possa solicitar a alteração de avalistas constantes nas operações de crédito, para que não corra o risco de que um avalista que não tenha ligação com os novos sócios permaneça avalista da operação.

Sala da Comissão, 01 de novembro de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, de 2022**

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Insira-se ao art 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com redação dada pelo Art 1º da MP 1139/2022 o seguinte § 7º:

“ §7º A liquidação dos contratos com antecipação de totalidade das parcelas vincendas será possível com o desconto mínimo de 40% do valor total o saldo devedor.”  
(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo gerar alívio para empresas que tentem liquidar os contratos com a quitação dos mesmos, tendo em vista a taxa atualmente empregadas, sugerimos um desconto mínimo de 40% sobre o valor total do saldo devedor para a sua liquidação.

Sala da Comissão, 01 de novembro de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, de 2022**

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Insira-se ao art 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com redação dada pelo Art 1º da MP 1139/2022 os seguintes dispositivos

“ §7º Os contratos com pagamentos de parcelas em dia e que sejam pagos até a data de vencimento das mesmas farão jus a um abono por adimplência de 15% sobre o valor da parcela devida.

§8º Somente terão direito ao disposto no §7º as empresas que estiverem quites com suas obrigações tributárias.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo gerar alívio para empresas que conseguiram honrar com o pagamento dos empréstimos, como uma forma de bonificação pelo pagamento apesar da dificuldade econômica que o Brasil ainda atravessa.

Sala da Comissão, 01 de novembro de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.139, de 2022**

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Altere-se o caput do art 3º e o seu §6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com redação dada pelo Art 1º da MP 1139/2022 para o seguinte:

“Art. 3º As instituições financeiras participantes **deverão** formalizar e prorrogar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos e nas condições estabelecidos pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, observado o prazo total máximo de **noventa e seis meses** para pagamento das operações.

.....  
§ 6º No prazo total máximo de **noventa e seis meses** para pagamento das operações, nos termos do **caput**, não será considerada a cobrança dos créditos inadimplidos e já honrados pelo FGO no âmbito do Pronampe.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo aumentar o prazo para o pagamento das operações tendo em vista a dificuldade que as empresas que contrataram os empréstimos ainda estão atravessando.

Nesta mesma direção propomos que as instituições deverão fazer a formalização e a prorrogação do crédito no âmbito do Pronampe, de modo a facilitar o acesso a crédito por estes empreendimentos.

Sala da Comissão, 01 de novembro de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



**EMENDA N.º \_\_\_\_\_ À MPV 1139/2022**  
(Do Sr. Helder Salomão)

Insira-se o seguinte art. 2º ao texto da MP 1139/2022, renumerando-se os subsequentes:

Art. 2º Inclua-se o Art. 9º-A a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021:

“ Art. 9º-A Em caso de mudança de sócio proprietário da empresa contratante da operação, deverá ser aceita solicitação de substituição de avalista a critério do contratante.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo permitir que empresas que tenham mudança dos sócios proprietários possa solicitar a alteração de avalistas constantes nas operações de crédito, para que não corra o risco de que um avalista que não tenha ligação com os novos sócios permaneça avalista da operação.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2022.

HELDER SALOMÃO  
Deputado Federal (PT/ES)



**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1139, de 27 de Outubro de 2022**

**Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe**

**EMENDA ADITIVA Nº**

Art. 1º Inclua-se, onde couber, na MPV 1139/2022, de 27 de outubro de 2022 o seguinte dispositivo:

“Art. XX O artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:

.....

.....

XLIII – pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca e seus derivados classificadas nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90.

.....”



## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo incluir dispositivo na Lei nº 10.925/2004 para abarcar os produtos de panificação à base de mandioca e seus derivados classificados nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90 na redução das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

A medida visa estimular o consumo de pães a base de mandioca e seus derivados pela população brasileira tendo em vista tratar-se de um insumo disponível em abundância no país, de fácil acesso e parte integrante da cultura e da história brasileira.

Ademais convém destacar que a possibilidade de consumo dos pães de mandioca resultaria no aumento de alimentos a disposição da população e na redução dos preços praticados tendo em vista o aumento da demanda decorrente da disponibilidade de mais opções de produtos.

Outra consequência positiva decorrente da aprovação da presente emenda, será a criação de postos de trabalho tanto na agricultura através do aumento do cultivo da mandioca como também nas indústrias produtoras de alimento.

A presente proposta acarretaria as desonerações das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS relativas aos produtos da panificação à base de mandioca, o que, em números, ensejará, respectivamente, renúncia de receita estimada em R\$ 132.795.363 em 2023. A composição desses valores foi realizada por meio da análise do valor bruto da produção de anos anteriores da categoria de frozen baked goods<sup>1</sup>, bem como aplicação da alíquota do PIS/COFINS no regime não cumulativo (9,25%).

Cabe destacar ainda que a Lei nº 10.925/2004 já traz em seu artigo 1º, XVI, a previsão de redução a zero das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS para “pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos

<sup>1</sup> Categoria dominada pela produção do principal pão atualmente produzido a base de mandioca e seus derivados (pão de queijo).



1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 da Tipi”. Assim, o que se busca é apenas dar tratamento igualitário para produtos semelhantes.

No momento de grave crise econômica e de insegurança alimentar que o Brasil está passando, a inclusão das pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca dentre os produtos com alíquota zero de PIS/PASEP e COFINS mostra-se de extrema importância, tendo em vista, que resultará na redução dos custos de produção e, assim, na disponibilização de produtos com preço mais baixo ao consumidor e em mais opções de alimentos para a população. E também na geração de novos postos de trabalho.

Assim, submeto a presente emenda para apreciação dos senhores parlamentares.

